

O CHAMADO: A ÉTICA DO TRABALHO SEGUNDO JOHN LOCKE

Gerson Tadeu Astolfi Vivan Filho¹

Resumo: Este artigo pretende desafiar interpretações tradicionais sobre o papel da ideia de trabalho nos argumentos lockeanos para a apropriação privada, explorando em textos secundários as raízes religiosas e morais da noção. Conclui que não se resume a esforço físico, nem à produção de valor de troca no mercado, mas diz respeito a um ideal robusto e exigente de florescimento humano, de dimensão material e intelectual, que traz implicações ambíguas ao argumento central e coloca em xeque sua capacidade de justificar arranjos específicos de propriedade.

Palavras-chave: John Locke – trabalho – religião – apropriação privada

INTRODUÇÃO

Na interpretação do batido e rebatido argumento lockeano sobre a apropriação privada originária no estado de natureza, em que a categoria do *trabalho* tem papel central, intensos debates têm surgido. Curiosamente, contudo, pouco se investiga, fora dos *Dois Tratados*,² o significado da categoria para Locke. A maior parte das interpretações parece assumir que se trata de atividade física de transformação da natureza, destinada à preservação da humanidade ou ainda à simples produção de valor econômico. Neste artigo, recapitulando sucintamente o texto base, procederei a uma leitura de vários textos marginais, a fim de demonstrar que, para o filósofo, trabalho não se resume a esforço físico, nem à produção de valor de troca no mercado, mas diz respeito a um ideal de florescimento humano, de dimensão material e intelectual, mais robusto e de ambíguas implicações para o argumento central.

“mais uma pá do que um cetro”³

¹ Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: gersondadeu@hotmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), sob orientação do professor Paulo Caruso Baptista MacDonald.

² LOCKE, *Two Treatises on Civil Government*. As próximas referências a este texto serão feitas indicando apenas número de livro e parágrafo (exemplo: I, 42).

³ “Deus comanda [a Adão] trabalhar para sobreviver, e parece que deu mais uma Pá em sua mão, para subjugar a Terra, do que um Cetro para governar sobre seus Habitantes” (I, 45). As traduções do inglês são minhas, exceto quando indicado.

O capítulo V do *Segundo Tratado* não pretende justificar uma instituição específica de propriedade privada, muito menos aquela especificamente capitalista, com todos os incidentes normativos que lhe são peculiares⁴. Em vários momentos, Locke explicita que “o Trabalho pôde, na origem, dar início a um título de Propriedade”⁵ que, posteriormente, o governo civil *determina*⁶, *regula*⁷ e *estabelece*⁸. Ou seja, a partir de uma imaginada situação pré-estatal, o trabalho forneceria a fagulha moral do direito de excluir as outras pessoas do uso dos recursos naturais que são, inicialmente, comuns a toda humanidade.

O estágio inicial do argumento é o da liberdade e igualdade gerais: ninguém tem poder sobre ninguém, nem sobre recursos específicos. Mas, ao passo que a autoridade política só pode surgir legitimamente com o consentimento de quem se submete a ela, a autoridade sobre recursos, ou propriedade privada, pode surgir sem qualquer consentimento. Daí a metáfora: Deus não dá a ninguém um cetro para governar a humanidade, mas dá a todos uma pá, isto é, um dever de trabalhar sobre a terra⁹ e, mais que isso, um poder de criar deveres aos outros em relação ao que disso resulta¹⁰. Mas porque também tem um dever de, suprida a subsistência própria, preservar a humanidade nos outros, não pode se apropriar mais do que é capaz de fazer uso, e deve deixar em comum o suficiente e de igual qualidade para o uso alheio¹¹.

A primeira dificuldade, de saída – e despenderei todo este artigo sobre ela¹² –, é saber afinal o que conta como *trabalho* nesse quadro. Alguns intérpretes¹³ acreditam que ele tem uma função metafísica essencial no argumento. Defendem que há uma pressuposição universal, forte e autoevidente, de que quem *faz* algo tem controle e direito absoluto sobre aquilo que fez, o que se aplicaria tanto à propriedade que Deus tem sobre a humanidade quanto a que cada pessoa constitui sobre os produtos de seu trabalho. As evidências textuais para essa tese são no mínimo frágeis e, no máximo, inexistentes¹⁴.

Uma segunda leitura é a de que há duas fundamentações paralelas e independentes da propriedade resultante do trabalho: (a) um consequencialismo de regras, segundo a qual

⁴Tradicionalmente, direitos de possuir, usar, fruir, dispor (consumir, destruir e alienar), administrar, imunidade à expropriação, perpetuidade, proibição de uso lesivo, sujeição à execução.

⁵ II, 51, 28, 30, 45.

⁶ II, 30, 13, 12.

⁷ II, 45, 50, 139.

⁸ II, 38.

⁹ I, 32: “Deus (...) comandou que o Homem também trabalhasse, e a penúria de sua condição exigiu isso dele” , I 34, 45; II, 32, 34, 36, 42).

¹⁰ II, 27.

¹¹ Cf.: II, 27, 35. “Deus, ao comandar subjugar [a Terra], deu Autoridade para *apropriar*. E a condição da Vida Humana, que requer Trabalho e Materiais com que trabalhar, necessariamente introduz *possessões Privadas*” (II, 35). Este direito ao produto do “trabalho honesto” é o princípio básico de justiça natural (I, 42; II, 27, 28, 42, 46; E, IV.4.9), mas há também o princípio de caridade, segundo o qual quem seja incapaz de sustentar-se tem direito ao trabalho alheio para sobreviver (I, 42).

¹² Isso quer dizer, em especial, que ignorarei aqui todos os tradicionais problemas relativos às outras condições de apropriação, à introdução do dinheiro como forma de fazer moralmente aceitáveis propriedades desiguais e à relação da sociedade civil com os direitos naturais de propriedade.

¹³ Por exemplo: TULLY, *A Discourse on Property*, p. 116-120 e *passim*; SREENIVASAN, *The Limits of Lockean Rights in Property*, p. 75-89.

¹⁴ WALDRON, *The Right to Private Property*, p. 199; SIMMONS, “Maker’s Rights”, p. 202-214

atribuir a cada pessoa propriedade sobre o que produz é o instrumento mais eficiente para incentivar atividades de preservação; (b) independente dessa teleologia divina, que se sustentaria sobre um direito individual de autogoverno (controle sobre os próprios planos e projetos), em que o trabalho seria justamente a ação de trazer recursos comuns ao âmbito de atividades planejadas não ilícitas cuja natureza exija a segurança de sua posse ao longo do tempo¹⁵.

Por fim, outros intérpretes insistem que o trabalho não se sustenta por si só como fundamentação filosófica da apropriação privada. Tem o papel bem mais modesto de identificação e alocação de bens, ligando um determinado recurso a uma determinada pessoa, mas o fundamento dessa atribuição é o cumprimento do dever de agir direcionado ao suprimento e aperfeiçoamento da vida humana.¹⁶

Todas essas abordagens têm em comum o fato de que, partindo dos exemplos¹⁷ oferecidos por Locke, construíram uma versão mais ou menos secular da ideia de trabalho¹⁸, que corresponde simplesmente à atividade intencional de esforço físico, originadora de valor (quase sempre econômico, ou, no mínimo, quantificável). A interpretação de Robert Nozick¹⁹ é exemplar em assumir que há uma relação proporcional entre trabalho despendido e valor (de troca) resultante.

Procurarei demonstrar nas seções que seguem que a força moral do trabalho para Locke se sustenta em bases bem mais robustas e exigentes que as noções contemporâneas de atividade produtiva. O trabalho faz parte de uma noção religiosa de vocação pessoal (o *chamado*), que cada pessoa deve descobrir e perseguir individualmente, e que envolve, portanto, não apenas o dispêndio físico de energia, mas igualmente reflexão intelectual.

LABOR DO CORPO E TRABALHO DAS MÃOS

Apesar de Locke se referir indistintamente ao "*labor* do corpo" e ao "*trabalho* das mãos" como bases de sua teoria da apropriação²⁰, Hannah Arendt viu nessa formulação um resquício da distinção dos antigos entre *laborare* e *facere*²¹.

É de fato sugestivo que o *labor* seja associado por Locke ao corpo, já que corresponde tradicionalmente ao dispêndio de energia corporal destinado à satisfação das necessidades do ciclo biológico de sobrevivência e reprodução da espécie humana, que se consome em si mesmo, e cujo produto não deixa resquícios duradouros.²² Já o *trabalho*

¹⁵SIMMONS, *The Lockean Theory of Rights*, p. 249-276.

¹⁶ASHCRAFT, *Locke's Two Treatises of Government*, p. 127-135; BUCKLE, *Natural Law and the Theory of Property*, p. 150-152.

¹⁷ Colher nozes (II, 26), cultivar frutas e legumes (II, 28), minerar (II, 29), pegar água (II, 30), caçar animais (II, 32), pescar (II, 37), cultivar terra (II, 38), costurar roupas (II, 40), fazer pão (II, 42, 43), e vinho (II, 46).

¹⁸Ver: DAY, "Locke on Property", p. 208-215; WALDRON, *The Right to Private Property*, p. 181-183.

¹⁹NOZICK, *Anarchy State and Utopia*, p. 175.

²⁰II, 27.

²¹ARENDT, *A Condição Humana*, p. 91.

²² É a atividade que na *polis* pertencia à oculta esfera privada (espaço de privação da dimensão propriamente humana da vida: a ação na *polis*), tipicamente exercida por escravos e mulheres, responsáveis pela produção e reprodução da família. O labor, assim, "não é determinado pelo produto final e sim pela exaustão da força de

interrompe processos biológicos (a vida de uma árvore, os ciclos erosivos) a fim de produzir o conjunto das coisas que compõem um mundo objetivo, destinadas ao uso e não ao consumo, cuja durabilidade tem função de “estabilizar a vida humana.”²³

Ainda que não abrace esse mesmo rigor terminológico, fazendo um uso intercambiável de *labour* e *work*, Locke parece em parte reconhecer essas duas dimensões. Faz, por exemplo, uso recorrente do dístico “Necessidades e Conveniências da Vida”²⁴ ou “Suporte e Conforto”²⁵. Necessidade ou suporte da vida corresponderia à continuidade da existência física dos indivíduos. O que é “*realmente útil*” para esse fim “são geralmente coisas *de curta duração*; tais que, se não são consumidas pelo uso, decaem e perecem por si só”²⁶. Já a conveniência se refere àquelas coisas “duradouras que os Homens podem acumular sem estragar”²⁷, que eles produzem e julgam como boas ou ruins, melhores ou piores, mais ou menos eficientes, obedecendo a uma racionalidade distinta daquela do labor.

O ELO PERDIDO DA PRIVATIVIDADE

Contudo, Locke não compartilha com os antigos da hierarquização das atividades humanas, com o discurso e a ação na *polis* no topo e o labor na base, intermediados pelo trabalho. Mais que isso, ele a contraria, vendo no labor o dever mais fundamental da humanidade para com seu criador. É em exemplos típicos dessa atividade de subsistência, como colher nozes, maçãs e outros frutos²⁸, caçar e pescar²⁹, cultivar a terra para plantar³⁰, que ele encontrará nada menos que a fundação do direito de propriedade. Os outros títulos fluiriam desse mais básico.

trabalho [*labor power*]; seus "produtos imediatamente voltam a ser meios de subsistência e reprodução do *labor power*" (ARENDDT, *A Condição Humana*, p. 41-48, 109-110, 156).

²³O *homo faber* da tradição judaico-cristã é um "destruidor da natureza", ele precisa fazer uso destrutivo de parte do que Deus lhe deu para construir um mundo que dure mais que sua própria existência (ARENDDT, *A Condição Humana*, p. 152-154). Arendt parece abraçar esse ideal ao lamentar termos sacrificado esse ideal de permanência e estabilidade ao ideal da abundância do *animal laborans*, ao nivelar todas as atividades humanas à função de 'ganhar o próprio sustento'. O trabalho teria sido engolido pelo labor (ARENDDT, *A Condição Humana*, p. 91, p. 133-138). Apesar do consistente diagnóstico da sociedade de massas aqui presente, ela parece negligenciar a conexão íntima entre corpo, mente e natureza potencialmente envolvida na atividade laboral, na constituição e internalização de hábitos, por um processo contínuo, nunca fixado ou finalizado, de levantamento e resolução de problemas que ela estabelece, cujo foco é sempre mais a cooperação que a competição. Richard Sennett (SENNET, *The Craftsman*) apresenta uma excelente tentativa de recuperação da dignidade dessa dimensão da experiência do labor a partir das carências da discussão de Arendt.

²⁴ I, 37, 41, 87, 97; II, 26, 33, 34, 36, 37, 41, 44, 48, 77; II, 21, 46.

²⁵ II, 26, 44.

²⁶ II, 46.

²⁷ II, 47. É verdade que aqui ele está falando especificamente do dinheiro, “*uma pequena peça de Metal* amarelo, que poderia ser mantida sem desperdício ou decaimento” (II, 37) que a “Imaginação e o Acordo colocaram um Valor além do Uso real e o necessário Suporte da Vida” (II, 46), mas nada impede que se estenda, como ele timidamente faz, ao âmbito dos artefatos materiais e intelectuais que revestem o mundo.

²⁸ II, 26, 28.

²⁹ II, 30.

³⁰ II, 32.

E isso não se dá porque ele ignora que o mundo comum se constitui quando as coisas "podem ser vistas por muitas pessoas numa variedade de aspectos, sem mudar de identidade" ao longo do tempo.³¹ Sua teoria dos modos mistos,³² por sinal, demonstra que ele estava ciente da necessária dimensão social da constituição do mundo pela fixação coletiva de significados, ideias, narrativas e ações. Mas, para embasar a propriedade privada, ele precisava "encontrar uma atividade que tivesse a característica de apropriar-se do mundo e cuja privatividade, ao mesmo tempo, estivesse fora de dúvida e questão."³³ É justamente ao labor/consumo, privativo por excelência, a que ele se refere quando diz que, não fosse possível a apropriação individual do que é comum, pereceríamos de inanição,³⁴ já que as funções corporais do processo vital são necessariamente operadas por organismos individuais. Por isso a ideia de propriedade se originaria com o ciclo de extração, consumo e excreção.

Há uma evidente tensão, assim, entre a relativa solidez e permanência da ideia moderna de propriedade e a constante transitividade da atividade em que se tenta fixar a sua origem e legitimidade moral. Se Locke afirma, por um lado, que o "valor intrínseco das coisas" depende apenas da utilidade para a vida humana,³⁵ por outro reconhece uma "maior utilidade" ou valor, conferido pelo trabalho, no pão, vinho e vestuário do que em frutas, água, folhas e peles³⁶, que podem cumprir as mesmas funções. O pão, porém, ao invés do simples ato de colher uma maçã, demanda um estágio de desenvolvimento cultural que conceba as ideias de fazer farinha, misturá-la com água, talvez ovo e outros cereais, assar essa massa etc. Locke esmiúça essas atividades: é preciso ainda domar o boi, escavar e forjar ferro e pedras para derrubar a madeira, para fazer o arado, o moinho, o forno; é preciso, pois, inventar e fabricar coisas.³⁷ Que maior utilidade é essa que ele vê no pão? A garantia da sobrevivência por si só é incapaz de explicar o valor que ele encontra nas atividades de dominação da natureza, no desenvolvimento de instrumentos e técnicas, o que ele chama indústria³⁸.

³¹ ARENDT, *A Condição Humana*, p. 67.

³²Resumidamente a tese de que todas nossas ideias referentes a ações (arranjos complexos das ideias simples obtidas pela experiência) são moldadas por e para contextos culturais específicos (E, II.22.5-6) e, ao mesmo tempo, são o que faz a comunicação e práticas compartilhadas possíveis (II.22.7-10). Era sua forma de "mostrar quão pervasivas são nossas categorias linguísticas e conceituais, como elas moldam nossa abordagem do mundo e das ações humanas" (YOLTON, *Locke and the Compass...*, p. 159).

³³ ARENDT, *A Condição Humana*, p. 123.

³⁴ II, 26, 28.

³⁵II, 37. Portanto, o trabalho é fonte da maior parte do valor das coisas (II, 40), mas não é a medida desse valor; é possível dispendir muito tempo de trabalho em uma bengala decorada, cujo valor para uma pessoa sem dificuldades de locomoção, mas faminta, talvez seja muito inferior a uma maçã que leva um minuto pra colher, já que ela é mais útil à sobrevivência.

³⁶ II, 42.

³⁷ II, 43.

³⁸ "Deus deu o Mundo em Comum (...) para o benefício e as maiores Conveniências da Vida que fossem capazes de retirar dele (...) [portanto] para o uso dos Industriosos e Racionais e não para a Fantasia e a Cobiça dos Bríguetos e Litigiosos" (II, 34) Ver também II, 36, 38, 42, 43, 45 e 46.

É interessante que o exemplo do pão surja numa passagem na qual pretende mostrar que é o trabalho que confere a maior parte do valor das coisas úteis à vida³⁹. Contudo, não coloca a questão de a quem pertence o produto final, talvez justamente porque já se perdeu o fio da privatividade que ele pretendia demonstrar haver entre processo vital e a apropriação de terra e coisas duráveis. Apenas o ato de comer o pão segue necessariamente privado, necessariamente feito à exclusão dos outros; as diversas etapas de sua produção, contudo, são praticamente impossíveis senão no plano da interação, da cultura, da produção tanto de objetos tangíveis (os diversos instrumentos) quanto intangíveis (receitas, ideias, métodos).

Aqui parece estancar o argumento que busca na natureza uma demonstração da necessidade da apropriação privada. Não por acaso, Locke fará uso de teses paralelas: (i) a de que a propriedade exclusiva que cada um tem sobre sua pessoa se estende sobre aquilo com que, no ato do trabalho, a ela se mistura; (ii) a de que o cumprimento do comando divino à preservação da humanidade inclui o desenvolvimento das artes, das ciências e das conveniências da vida, um dever que cabe a todas as pessoas, e cujo cumprimento merece incentivo. A primeira tese tem sido suficientemente discutida e explorada. Mas é na segunda, frequentemente relegada a segundo plano, que acredito residir uma parte importante da ética protestante do trabalho, que leva Locke a reservar o papel central que ele tem em seu argumento, inexplicável de outro modo.

PRESERVAÇÃO ALÉM DA SOBREVIVÊNCIA: CONVENIÊNCIA

Como referi, no ideal de preservação da espécie está implícito o dever de buscar também o conforto dessa existência. Isso é parte de uma visão marcadamente antropocêntrica, segundo a qual somos a espécie ápice da natureza criada, que foi criada basicamente para nos servir. A justificativa dessa posição hierárquica é nossa condição de “criaturas racionais”, dimensão que compartilhamos com Deus, o que fundamentaria um “domínio sobre as criaturas inferiores”.⁴⁰ Nosso dever de preservação é de alimentarmos também esta “natureza intelectual”, estimulando-a e cultivando-a tanto quanto a terra.⁴¹

³⁹ Isso faz parte do extenso argumento em que, por uma segunda via que não a da propriedade sobre a própria pessoa apenas, Locke quer demonstrar que “a *propriedade do trabalho* é capaz de superar a comunidade da terra, pois é o *trabalho*, com efeito, que estabelece a *diferença de valor* de cada coisa” (II, 40).

⁴⁰ “Deus o faz [o Homem] à sua *imagem e Semelhança*, uma Criatura intelectual, e assim capaz de *Domínio*. Pois, em que quer mais que consistisse a *Imagem de Deus*, a Natureza intelectual era certamente parte dela, e pertencia a toda a Espécie que a permitia ter *Domínio* sobre as Criaturas inferiores; e assim Davi diz no *Salmo VIII* citado acima, *o fizeste por um pouco, menor do que os anjo (...) Tu fizeste com que ele tivesse domínio sobre as obras de tuas mãos.*” (I, 30). “(...) é o *Entendimento* que coloca o Homem sobre o resto dos Seres sensíveis, e dá a ele todas as Vantagens e Domínio, que ele tem sobre eles” (I.1.1).

⁴¹ “[N]ão parece coerente que a sabedoria do Artesão formasse um animal, que é o mais perfeito e ativo, dotando-o, acima dos outros, de mente, de intelecto, de razão e de todos requisitos necessários ao trabalho e, no entanto, não lhe atribuisse uma tarefa” (LOCKE, *Ensaíos sobre a Lei Natural*, p. 116). Na abertura do primeiro livro do *Ensaio sobre o Entendimento Humano* ele afirma que, sendo o entendimento “o que coloca o Homem acima do resto dos Seres sencientes, o lhe dá toda Vantagem e Domínio que tem sobre eles”, investigar “a Origem, Certeza e Extensão do conhecimento Humano” é algo que “vale a pena nosso Trabalho”, por mais que requeira ao entendimento “Arte e Esforço para colocar-se à distância, e fazer de si seu próprio Objeto” (LOCKE, *Essay...I.1.1-2*). Em outras palavras, exercer nossa faculdade intelectual para entender nossa natureza

É daí que ele dirá, por exemplo, que a “medida da Propriedade” é naturalmente dada pela “Extensão do Trabalho” e “a Conveniência da Vida”⁴², ou que haveria “muitas Nações nas Américas (...) que são ricas em Terra e pobres nos Confortos da Vida”, que, por não melhorarem pelo trabalho o que tem “não têm um centésimo das Conveniências que desfrutamos [na Europa]: e um Rei de um grande e fértil território de lá alimenta-se, veste-se e mora pior que um trabalhador diarista na *Inglaterra*”⁴³. Aparte o preconceito cultural de um ávido leitor de livros de viagem, podemos dizer que estamos lidando com um ideal de florescimento humano, e mais, uma concepção robusta de bem. É, assim, parte do cumprimento de nosso dever moral supremo “o progresso das artes e ciências e as comodidades da vida”⁴⁴: conhecer é um dever de toda a espécie, tanto quanto a sobrevivência. O trabalho é alçado à atividade capaz de criar valor de uso, isto é, útil à produção e reprodução da espécie, mas anterior às convenções que estabelecem valor de mercado, como o do dinheiro. Por isso, por exemplo, “Trabalho pelo trabalho [*Labour for labour-sake*] é contra a natureza”⁴⁵. Em outras palavras, não é trabalho qualquer esforço físico ou mental, mas aquele especificamente direcionado ao cumprimento do dever, o que nos impede de interpretar a propriedade em termos de compensação simplesmente.

UMA PESSOA, UM INTELECTO

Trabalho, também, não é qualquer ação de transformação da natureza, mas ação tendente ao cumprimento do dever de preservação da humanidade que envolve ambos, corpo e mente, em maior ou menor medida. Para ilustrar isso, Locke faz uso de uma interessante linguagem análoga à da propriedade:

(...) não posso saber mais pelo entendimento de outro homem do que posso ver pelos olhos de outro homem. Tanto quanto sei, este tanto de verdade é o que tenho; (...) o que quer que outro homem tenha, está em sua posse, não pertence a mim, nem pode ser comunicado para mim senão fazendo com que eu conheça da mesma forma; é um tesouro que não pode ser emprestado ou transferido.”⁴⁶

É como se nos dissesse que também no campo do conhecimento, o meio de apropriação por excelência é o trabalho. Não parece haver, de fato, atividade mais necessariamente privativa que o pensamento: ainda que compartilhemos ideias, argumentos, o juízo e o assentimento só podem se dar individualmente. É responsabilidade de todos,

e nosso mundo é também trabalho, é também realizar algo necessário à condução das conveniências da vida, é também cumprir nosso dever de preservação.

⁴² II, 36.

⁴³ II, 41.

⁴⁴ I, 33.

⁴⁵ LOCKE, “Of Conduct of Understanding”, §16.

⁴⁶ LOCKE, “Study”, p. 196-197.

ainda que amparados pelo saber de outros, laborar pelo conhecimento daquilo que é útil ao seu ofício, sem confiar demasiado em ninguém.

Num rascunho abandonado, refletindo sobre a exiguidade do tempo para o estudo, Locke aponta que, mesmo que o conhecimento “não seja nossa principal ocupação aqui, ainda assim é tão necessário, e tão interligado com ela, que podemos ter pouco mais progresso no fazer que no saber (...), [pois] agir sem entender é frequentemente na melhor das hipóteses trabalho perdido”⁴⁷. De um lado, mesmo quem faz “das letras sua ocupação”⁴⁸ precisa materializar e espalhar o conhecimento para que ele seja útil⁴⁹, isto é, “capaz de beneficiar a nós a aos outros neste mundo”⁵⁰. De outro, quem exerce outras profissões específicas não está eximido de refletir:

(...) e não é uma proposta irrazoável, nem impossível de ser cumprida, que eles pensem e raciocinem corretamente sobre o que é seu emprego diário. Isso ninguém pode considerá-los incapazes de fazer sem nivelá-los com os animais e acusá-los de uma estupidez abaixo do nível de criaturas racionais.⁵¹

Assim, o uso do intelecto não está adstrito às ocupações reconhecidas socialmente como intelectuais; o artesanato e o labor também envolvem trabalho do pensamento, e Locke faz aqui uma aposta alta e pouco frequente até mesmo para os dias de hoje na autonomia e capacidade de julgamento de cada indivíduo a respeito do que diz respeito diretamente à sua existência e vocação.⁵²

LIBERTAÇÃO DAS NECESSIDADES E EXPLORAÇÃO

Na verdade, seria o próprio desenvolvimento intelectual que nos permitiria uma progressiva libertação das necessidades, um tema muito apreciado pelos entusiastas setecentistas da evolução tecnológica. Pelo fato de, conforme já vimos, a natureza fornecer apenas os materiais brutos e inadequados para nosso uso, é necessário “trabalho [*labour*] arte e pensamento para adequá-los às nossas circunstâncias”:

(...) e se o conhecimento dos homens não tivesse providenciado meios de encurtar o labor e melhorar diversas coisas que não parecem à primeira vista

⁴⁷LOCKE, “Study”, p. 172.

⁴⁸ Isto é, “apenas aqueles que têm conforto e tempo livre” (LOCKE, *Of Conduct of Understanding*, §7).

⁴⁹ Ele costuma traçar paralelismos entre trabalho manual e intelectual. A leitura, apenas uma parte do estudo, é “a coleta de materiais brutos”; a meditação é escolher e ajustar esses materiais, esquadrinhar a madeira, picar e dispor as pedras e construir o edifício; o discurso, por fim, é “investigar a estrutura, andar pelas salas, observar a simetria e harmonia das partes, tomando nota da solidez dos defeitos do trabalho, e a melhor forma de encontrar e corrigir o que está inadequado” (LOCKE, “Study”, p. 201-202).

⁵⁰LOCKE, “Study”, p. 182.

⁵¹LOCKE, “Of Conduct of Understanding”, §7.

⁵² Veremos à continuação, inclusive, que sua utopia de divisão do trabalho é a de uma divisão igualitária entre todas as pessoas de tempo de trabalho intelectual e manual.

ser de qualquer uso para nós, teríamos de gastar todo nosso tempo fazendo uma escassa provisão para uma vida pobre e miserável.⁵³

A dimensão intelectual da vida humana é aquela que permite e exige que abandonemos a dimensão da *sobrevivência* (o *labor* de Arendt), e alcancemos a da *conveniência*, em que o trabalho começa a compor uma cultura, um mundo compartilhado de coisas duráveis. Ele, é claro, não reconhece o fato de que é muito mais a expropriação colonial dos continentes africano e americano e do labor forçado de seus povos do que o progresso técnico e científico que permite, em sua época, a progressiva libertação da Europa de prover suas necessidades, ou provê-las a custos módicos.

Em certos textos econômicos não hesita em nenhum momento em considerar certos indivíduos como repositórios de força de trabalho pura e simplesmente, ao modo mercantilista de seu tempo. É difícil de compatibilizar essas afirmações com sua aposta radical na autonomia e capacidade individual de toda a humanidade para a condução de sua vida sem que haja uma divisão pressuposta entre pessoas e sub pessoas, fundamental para o funcionamento da política colonial.⁵⁴

O primeiro desses textos defende, num debate público, a facilitação de naturalização de estrangeiros, em especial irlandeses, que vinham tentando migrar em massa para a Inglaterra. Utiliza como argumento que, sendo o propósito da manufatura “fazer tanto quanto puder e vender tanto quanto puder” e residindo “a maior parte do valor no trabalho”, “a abundância de mãos faz em qualquer lugar o trabalho mais barato” e, portanto, “as *commodities* podem ser produzidas com valores mais baixos”.⁵⁵ No segundo, uma rápida nota, dado que o comércio tem por finalidade riqueza e poder, há, do ponto de vista dele dois tipos de pessoa: as que contribuem para o comércio (trabalhadores na agricultura, indústria, minas e navegação) e as que “são preguiçosas e não ajudam”, como mendigos e aristocratas, ou, pior, obstruem o comércio, como advogados e soldados. Dentre a lista de “promotores do comércio” figura, dentre outros, “trabalho barato”.⁵⁶

Por fim, um ensaio sobre a *Poor Law*, posicionando-se contra vários módulos de assistência prestados pelo governo inglês, afirma que “o verdadeiro auxílio aos pobres é achar emprego para eles e tomar cuidado para que não vivam como párias, às custas do trabalho de outrem”. De fato, ele refere que “todo mundo deve ter comida, bebida, roupa e aquecimento (...) quer trabalhem ou não”, mas só está autorizado a não trabalhar quem esteja fisicamente inabilitado para tal. São feitas então diversas propostas de trabalho compulsório, inclusive para crianças, para resolver o problema da pobreza.⁵⁷

O que fazer com este quadro? Quanto ao último ensaio, ele parece em verdade estar bem abrigado na noção de trabalho como dever de toda pessoa. A desconsideração da dimensão intelectual de mendigos e desempregados em geral estaria talvez justamente em que, segundo a narrativa de Locke, teriam eles renunciado à razão, violando frontalmente

⁵³ LOCKE, “Understanding” p. 261.

⁵⁴ Ver MILLS, *The Racial Contract*.

⁵⁵ LOCKE, “For a General Naturalisation”, p. 322-326.

⁵⁶ LOCKE. “Trade”, p. 221-222.

⁵⁷ LOCKE, “An Essay on the Poor Law”, p. 182-198.

aquele dever, podendo lícitamente ser punidos,⁵⁸ por exagerado e absurdo que isso seja. Surge aqui, no plano prático, o problema da subordinação no local de trabalho, em que a capacidade para o trabalho é considerada força, equivalente entre todos indivíduos, contrariando a visão que exploraremos a seguir, de que todo indivíduo tem uma missão laboral.

O mesmo se dá nos outros dois textos, mais desumanizadores ainda das pessoas a que se refere; a massa operária é vista, na formulação mais reduzida como simples “trabalho barato”. Deve-se observar, no entanto, que aqui Locke se mostra na condição de parecerista do *Board of Trade*, operando com as categorias do comércio, especificamente com a noção de valor de troca, e não de valor de uso. Aqui o emprego da linguagem mira a simples utilidade, o que, no âmbito de sua teoria moral e política é absolutamente inadequado, como já demonstrado. Estes escritos fogem à regra do uso da categoria *trabalho*, seguida nos outros textos, o que creio ser mais um exemplo da tensão existente no pensamento de matriz europeia entre concepções empíricas de hierarquia, especialmente racializada, entre humanos e os ideais iluministas de universalidade da razão como equalizadora.

O CHAMADO, OU UMA A ÉTICA DA ABNEGAÇÃO

Denis Greenville, um clérigo aposentado, escreve pedindo conselhos sobre os possíveis malefícios das atividades recreativas (jogos de azar) a que vem se inclinando a praticar. A resposta de Locke é um ensaio sobre a recreação, em que revela encarar a diversão sempre como um instrumento: “fazer algo fácil ou ao menos prazeroso para restaurar a *mente ou corpo*, cansados com o trabalho [*labour*], à sua anterior força e vigor e assim prepará-los para novo trabalho”.⁵⁹

Descortina-se toda uma espécie de ética da abnegação, em que a função do prazer é simplesmente a de reabilitar para o dever: “a recreação supõe o trabalho [*labour*] e a exaustão”, sendo lícita apenas quando “asseguemos nosso principal dever, que é sinceramente cumprir com nossos deveres de nosso chamado [*calling*] tanto quanto a fragilidade de nossos corpos ou mentes permitam”⁶⁰. Entretanto, o que exige esse dever raramente é evidente, de modo que Deus permite “nas ações ordinárias das nossas vidas, uma grande latitude”⁶¹. Será objeto de reflexão individual sobre suas circunstâncias, aptidões, inclinações, mais condizentes com a finalidade do trabalho.

Esta ideia de que o trabalho na vida de cada indivíduo é um chamado, ou vocação, é de capital importância para se interpretar a ética associada ao trabalho. Não por acaso, quem melhor explorou a base protestante do pensamento lockeano, John Dunn, num famoso estudo do final da década de 1960, considerou-a “a chave de leitura das visões morais de Locke.” Dunn narra como a teologia da reforma protestante, procurando se distanciar das

⁵⁸ II, 16.

⁵⁹ LOCKE. “Carta para Denis Greenville”, p. 59.

⁶⁰ LOCKE. “Carta para Denis Greenville”, p. 60.

⁶¹ Deus não pode ter exigido de nós que façamos uma reflexão literalmente infinita para cada ação que vamos executar, o que obviamente paralisaria a ação humana mortal no tempo: “se fôssemos fazer nada senão o que é absolutamente o melhor todas nossas vidas se perderiam em deliberação e nunca chegaríamos à ação” (LOCKE. “Carta para Denis Greenville”, p. 67).

aspirações etéreas do catolicismo, precisou de um novo signo de salvação que não os sacramentos e penitências. Encontrou-o na doutrina de que cada pessoa recebe um chamado [*calling*] divino para desempenhar um trabalho particular no mundo, que se pode descobrir refletindo sobre suas aptidões e sobre o contexto social em que se encontra, descoberta que é responsabilidade de cada ser humano adulto.⁶² O historiador abordou essa doutrina como um desafio à influente leitura que C. B. Macpherson fez da teoria lockeana da propriedade como mera uma engenhosa justificação de direito natural da apropriação ilimitada capitalista⁶³.

Para Dunn, a única fonte confiável, ainda que falha, para guiar as ações seria o julgamento próprio sobre a própria vocação. Trata-se de uma doutrina religiosa radicalmente individualista:

(...) a individualidade necessária da relação religiosa se tornou um axioma epistemológico e a força com que foi asseverada reduziu toda autoridade humana [inclusive religiosa] a um status puramente instrumental (...) A completa individualização do dever religioso evacua a organização social e sua hierarquia de todo valor exceto sua conveniência contingente.⁶⁴

Assim, no que essa visão de mundo instituirá como *esfera privada*, o julgamento individual não será apenas permitido, mas o único validamente existente. Ao mesmo tempo em que nos escritos sobre tolerância essa concepção foi essencial para retirar do âmbito estatal a responsabilidade pela tentativa de salvação de almas pela força, tortura, ou pelo fogo⁶⁵, toda a preocupação com a arbitrariedade no exercício de poder que havia no que foi definido como público desaparece no âmbito privado⁶⁶. Em desenvolvimentos posteriores mais radicais⁶⁷, até mesmo o direito de caridade dos necessitados, isto é, à simples sobrevivência⁶⁸ desaparecerá como ingerência indevida na esfera privada.

⁶²DUNN, *The Political Thought of John Locke*, p. 221-224.

⁶³MACPHERSON, *The Political Theory of Possessive Individualism*, p. 221-238 e *passim*.

⁶⁴DUNN, *The Political Thought of John Locke*, 249-250.

⁶⁵ “Toda força e coerção deve ser afastada. Nada deve ser feito imperiosamente. Ninguém é obrigado naquela matéria [a própria salvação] a prestar obediência às admoestações ou apelos de outrem, mais do que se está por si persuadido. Todo homem, nisso, tem a autoridade suprema e absoluta de julgar por si só. E a razão é que ninguém está preocupado nisso, nem pode receber qualquer prejuízo da sua conduta” (LOCKE, *A Letter...*, p. 46). Há um claro paralelismo entre essa argumentação e a colocação da acumulação de dinheiro e de terra no âmbito das ações indiferentes: em ambos os casos, quem o faz “não invadiu o Direito dos outros” (II, 46), nem causou “Prejuízo aos outros” (II, 37).

⁶⁶Carole Pateman (PATEMAN, “Self Ownership...”) discute este ponto no contexto do contrato de trabalho assalariado, onde ainda hoje sobrevive quase ileso “o governo despótico do empregador”, mesmo entre os liberais mais progressistas ou em teorias marxistas em que o problema da expropriação (mais-valia) ofusca o problema de fundo da ausência de autogoverno no espaço de trabalho. Para ela, a separação público-privado específica da modernidade, já presente em Locke, cria as condições para que uma estrutura não democrática como a relação de empregador-empregado seja tolerada e suportada por governos democráticos.

⁶⁷ O exemplo clássico é Nozick, *Anarchy State and Utopia*.

⁶⁸ I, 42.

Apesar de este julgamento ser de responsabilidade individual, a inatividade, não colaborar de qualquer forma para a preservação da humanidade é julgada como pecado.⁶⁹ Isso porque o termo de igualdade básica do protestantismo é o chamado ao trabalho que Deus fez a toda a humanidade, variando socialmente apenas as formas pelas quais ele se apresenta. Essa doutrina tem um potencial revolucionário certamente: “a qualidade de uma vida humana [passa a ser] julgada pelo esforço incorporado nela, não por um critério atributivo de status social”: os ricos não são necessariamente mais virtuosos, pelo contrário.⁷⁰ Locke expressamente manifestará que aqueles que herdaram alguma fortuna e não precisam laborar para sobreviver, seguem tendo a obrigação de trabalhar, nem que seja fazendo “das letras sua ocupação”⁷¹.

Este “homem de estudo”⁷² deve ser um trabalhador, cumprindo igualmente um dever de utilidade pública. É inclusive censurado por passar frequentemente metade da vida impossibilitado de trabalhar por conta de doenças, tornando-se “membro inútil da república naquela idade madura que poderia fazer dele mais útil” ao mesmo tempo e que “o sóbrio e trabalhador artesão e o frugal e trabalhador do campo fazem sua parte bem, e alegremente prosseguem em seu ofício até uma idade vigorosa”⁷³. Também é censurado pela frivolidade: o dever de todos é olhar para o mundo com uma mente sedenta de verdade, que a persiga imparcialmente e a abrace “por mais pobre, desprezível e fora de moda [*unfashionable*] que pareça”. Exercitar a mente pelo prazer apenas “deve ser considerado entre nossas recreações”, limitado, assim, ao necessário para se recuperar e voltar ao trabalho.⁷⁴

A ética da abnegação nos diz que se pudéssemos, deveríamos “trabalhar sem cessar”, mas “ambas as partes de que somos feitos [mente e corpo] nos impedem”⁷⁵. E, por outro lado, trabalhar mais do que aguentamos viola igualmente nosso dever, pois laboramos por uma coisa que será inútil em nossas mãos.⁷⁶ Este argumento é muito próximo daquele que

⁶⁹Ver o ensaio sobre a *Poor Law*, conforme referência acima.

⁷⁰DUNN, *The Political Thought of John Locke*, 225-228.

⁷¹LOCKE, “Study”, p. 181.

⁷²O uso do gênero masculino não é, certamente, ocasional, mas símbolo da interdição histórica das mulheres a essa ocupação. A intensa interação intelectual que Locke teve com mulheres, em especial Damaris Masham, contudo, modulou bastante suas posições pessoais sobre a hierarquia entre os gêneros, tida por natural, que, ainda que ambíguas, tendem a uma afirmação de igualdade moral (ver WALDRON, *God, Locke, and Equality*, p. 21-43, 115-116).

⁷³LOCKE, “Labour”, p. 326. Se os primeiros usassem seis horas dos seus dias no exercício constante de algum trabalho físico, “teriam mais horas de suas vidas para empregar no estudo que naquele lamentável estado de uma saúde capenga que a negligência com o trabalho manual (*bodily*) dificilmente deixaria de lhes trazer”.

⁷⁴Gastar tempo demais em erudição e memorização de clássicos e opiniões diversas não leva a nada: “quem consegue falar sobre todos os detalhes de Heródoto, Plutarco, Curtius e Lívio, sem fazer qualquer outro uso deles, é possivelmente um homem ignorante com uma boa memória”. Não é que não possamos nos entreter com certas questões com essas, mas devemos ter cuidado para não se tornarem nosso principal objetivo (LOCKE, “Study”, p. 171-188).

⁷⁵LOCKE, “Study”, p. 182.

⁷⁶“Aquele que afunda seu navio por sobrecarga, mesmo que seja de prata e pedras preciosas, não apresentará ao dono senão uma triste prestação de contas da viagem”. O trabalho intelectual exaure tanto ou mais o espírito que o “ativo e laborioso” trabalho “do corpo”, só que sem a vantagem da transpiração, que expulsa muitas causas de doenças do corpo (LOCKE, “Study” p. 183-184).

no âmbito da teoria da propriedade chamou-se *condição de não desperdício*⁷⁷ : lá, violamos a lei natural se nos apropriamos do que somos incapazes de fazer uso antes que pereça; aqui, se a aquisição de conhecimento nos faz negligenciar nossa saúde ao ponto de que, quando ele [o conhecimento] possa ser útil a nós e aos outros não estejamos em condições de fazê-lo cumprir seu papel, essa apropriação viola também a lei natural.⁷⁸

UMA SURPREENDENTE UTOPIA LOCKEANA

Em um pequeno ensaio no fim da vida, Locke exercita uma reflexão sobre a divisão social do trabalho, que resulta num curioso programa utópico igualitário, beirando ao autoritarismo. Inicia afirmando que a necessidade do trabalho é, ao contrário do que se pode pensar, “uma marca da bondade de Deus”⁷⁹, pois não apenas protege “dos danos que homens maus com tempo livre estão aptos a causar”, mas preserva “dos males da inatividade ou das doenças que frequentam o estudo constante numa vida sedentária”. São reforçadas aqui a união que já vimos entre o par necessidade e conveniência, o desprezo ascético pelo luxo e pelas atividades “inúteis”, a glorificação do labor, e a igual necessidade de toda a humanidade trabalhar:

Metade do dia empregado em trabalho útil supriria os habitantes da terra com o *necessário e o conveniente para a vida*, em completa abundância, não houvesse o luxo das cortes, e ao seu exemplo os inferiores, encontrado empregos ociosos e inúteis para si e para outros subservientes ao seu orgulho e vaidade, e assim levassem o *trabalho honesto* nas artes úteis e mecânicas à inteira desgraça, de modo que a parte estudiosa e sedentária da humanidade bem como a parte rica e nobre tenham sido privadas daquela natural e verdadeira prevenção contra doenças.⁸⁰

Ele culpa os nobres, uma classe “estudiosa e sedentária da humanidade” pela ruína moral da humanidade⁸¹ e se põe a imaginar uma comunidade em que todas as pessoas se dedicam tanto ao suprimento das necessidades e conveniências quanto ao debate sobre a condição humana e seus melhores cursos de ação futura. Para esse propósito, uma divisão ideal do dia de cada pessoa é de 12 horas para recreação e as outras doze divididas “entre o

⁷⁷ II, 31, 36-8, 42-3, 45-46.

⁷⁸ A justa medida disso varia com a constituição e força de cada pessoa e com o vigor, as circunstâncias e a saúde de cada um, de modo que “é tão difícil dizer quantas horas ao dia alguém deveria estudar quanto quanta carne deveria comer todo dia” (LOCKE, “Study”, p. 183).

⁷⁹ Para Locke, “trabalhar não é tanto uma penitência ou punição, mas um bem natural positivo, que nos possibilita gozar, pelo uso, daquilo que Deus nos deu” (COLEMAN, “Pre-Modern Property and Self-Ownership Before and After Locke, or When did Common Decency Become a Private rather than a Public Virtue?”, p. 136).

⁸⁰ LOCKE, “Labour”, p. 326.

⁸¹ A “distinção de condições” entre as pessoas, decorrentes das “posses privadas [*private possessions*] e o trabalho [*labour*]”, abriam “espaço para a ganância, o orgulho e a ambição, que pela moda e pelo exemplo espalhou a corrupção que tem assim permanecido sobre a humanidade”. (LOCKE, “Homo ante et post lapsus” 320-32).

corpo e a mente”, seis em trabalhos braçais, que garantiriam a nutrição do corpo e a preservação da saúde⁸², e seis para o estudo, que garantiriam a formação de um povo instruído, sem hierarquias sociais, menos cediça aos delírios de líderes intrigueiros de ocasião.⁸³ Com este arranjo,

(...) toda a humanidade seria suprida com aquilo que as reais *necessidades e conveniências da vida* demandam em uma maior abundância do que temos agora, e seria resgatada dessa horrenda ignorância e brutalidade a que a sua maior parte está agora abandonada⁸⁴; (...) se o trabalho no mundo fosse corretamente dirigido e distribuído haveria mais conhecimento, paz e abundância nele do que agora há. E a humanidade seria muito mais feliz do que agora é.⁸⁵

O ideal de desenvolvimento equilibrado, em cada indivíduo, da dupla dimensão humana, corpórea e racional, sem sujeição entre eles, leva o Locke da maturidade a extrair essa surpreendente consequência normativa, radicalmente igualitária e ao mesmo tempo dirigista da vida e da atividade produtiva.

É mais plausível que isso não fosse uma pregação pela distribuição centralizada de tarefas, o que entraria em rota de colisão com a central doutrina individualista do chamado. Mais certo seria supor que neste futuro utópico, cada pessoa seguiria seu chamado, dedicando espontaneamente partes iguais do seu dia ao trabalho pesado e à reflexão. Este estado imaginado consolida o que já havíamos dito sobre a categoria do trabalho corresponder a uma concepção robusta de bem, calcada no florescimento humano e pleno desenvolvimento individual e social, criadora de valor não apenas econômico (de troca), mas valor de uso em sentido amplo, anterior às convenções.

CONCLUSÃO

Do caminho aqui percorrido, podemos agora ter uma noção mais robusta das ideias morais e religiosas que sublinham a relevância do trabalho nos argumentos de fundamentação da apropriação privada para Locke. Trata-se um conceito muito mais robusto que o mero suprimento da subsistência dos organismos humanos ou qualquer esforço físico ou mental, pois está calcado numa espécie de ideal moral de florescimento humano. Trabalho é atividade direcionada à nossa preservação enquanto seres corpóreos racionais, o cumprimento de um comando divino endereçado não só à humanidade em conjunto, mas a

⁸²LOCKE, “Labour”, p. 327.

⁸³ Se as atuais convenções sociais não se satisfazem com essa equalização radical, “para manter a distinção entre as categorias de homens mudemos um pouco”: os *gentlemen e scholars* dedicam 9 horas à mente e três em algum “trabalho honesto” e os trabalhadores manuais nove no trabalho e três em conhecimento (LOCKE, “Labour”, p. 327).

⁸⁴ A população, “removida da fé implícita por que sua ignorância leva a se sujeitar a outrem, não explodiria tão facilmente em tumultos e comoções populares pelo sopro e ardil de figurões descontentes e intrigueiros” (LOCKE, “Labour”, p. 328).

⁸⁵LOCKE, “Labour”, p. 328.

cada indivíduo, de melhoramento e expansão das conveniências da vida pelo exercício de suas capacidades tanto físicas quanto intelectuais. A mais concreta das ações exige planejamento e reflexão e a mais abstrata das ações do pensamento exige alguma forma de concretização para que seja trabalho. É eloquente, pois, que o mundo ideal para Locke seja aquele em que todas as pessoas dividam igualmente seu tempo de trabalho entre pensamento e ação física.

Isso resulta em um ideal normativo muito mais exigente que aquele geralmente lido nas interpretações da sua teoria, e que tem implicações ambíguas. Por um lado, prega a necessidade de pleno desenvolvimento físico e mental de cada indivíduo humano (e pressupõe, portanto, que todas as pessoas são capazes disso, ainda que haja uma tensão racial típica de sua época, e ainda presente na nossa); por outro, repassa ao indivíduo a responsabilidade última pela descoberta e cumprimento de seu chamado, o que, levado às últimas consequências, aproxima-se de discursos morais contemporâneos que, ignorando circunstâncias sociais, econômicas, raciais, sexuais, imputam unicamente ao sujeito individual seu sucesso ou ruína.

Por fim, o salto da responsabilidade individual pela própria salvação a um sistema específico de distribuição social de bens não é, de forma alguma, necessário. Locke certamente fará uso de argumentos paralelos para seus propósitos, mas sua compreensão do trabalho, por si só, é incapaz de direcionar a uma justificação da propriedade privada liberal.

THE CALLING: LOCKE'S MORALITY OF LABOUR

Abstract: This article aims to defy traditional interpretations on the role of the idea of labour in lockean arguments for private appropriation, exploring its religious and moral roots through side texts. It concludes that it isn't limited to physical effort, neither to production of exchange market value, but refers to a robust and demanding ideal of human flourishing, of material and intellectual dimension, which calls for ambiguous implications to the main argument and challenges its ability to justify specific property arrangements.

Keywords: John Locke – labour – religion – private appropriation

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHCRAFT, Richard. *Locke's Two Treatises of Government*. London: Allen & Unwin, 1987.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana* (1958). trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BUCKLE, Stephen. *Natural Law and the Theory of Property: Grotius to Hume*. Oxford: Clarendon Press, 1991.

COLEMAN, Janet. "Pre-Modern Property and Self-Ownership Before and After Locke, or When did Common Decency Become a Private rather than a Public Virtue?". In: *European Journal of Political Theory*. vol. 4, n. 2, 2005, p. 125-145, disponível em <https://doi.org/10.1177%2F1474885105050446>, acesso em 06.06.2018.

DAY, J. P. "Locke on Property". *Philosophical Quarterly*, vol. 16, 1966, p. 207-220.

- DUNN, John. *The Political Thought of John Locke*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- LOCKE, John. *An Essay Concerning Humane Understanding* (1690). Ed. Peter H. Nidditch. Oxford: Oxford University Press, 1975.
- _____. *Two Treatises on Government*: In the Former, The False Principles and Fondation of Sir Robert Filmer, and His Followers, are Detected and Overthrown. The Latter is an Essay concerning The True Original, Extent, and End of Civil-Government. (1690-1704). Ed. Peter Laslett. Cambridge: Cambridge University Press, (1959) 1988.
- _____. *Ensaio sobre a Lei de Natureza* (1663-1664), trad. Luiza de Souza Müller (Dissertação de Mestrado em Filosofia) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2005.
- _____. *A Letter concerning Toleration and Other Writings*, edited and with an Introduction by Mark Goldie. Indianapolis: LibertyFund, 2010. Disponível em <<https://oll.libertyfund.org/titles/2375>>.
- _____. “Of Conduct of Understanding” (1697). In: *Some Thoughts Concerning Education*. Ed. John William Adamson. Nova York: Dover, 2007.
- _____. “Study” [MS Locke f 2, março 1677], In: KING, Peter. *The life of John Locke: with extracts from his correspondence, journals, and common-place books*. Londres: Henry Colburn, 1829, p. 171-200.
- _____. “Understanding” [1677, MS Locke f 2], In: *Political Essays*. Ed. Mark Goldie. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 260-264.
- _____. “For a General Naturalization” [1693, Houghton, MS Eng. 818, p. 1-5], In: *Political Essays*. Ed. Mark Goldie. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 322-326.
- _____. “Trade” [1674, MS Locke, c. 30, fo 18], n: *Political Essays*. Ed. Mark Goldie. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 221-222.
- _____. “An Essay on the Poor Law” [1697, PRO co/388/5/86-95, fos. 232-49], n: *Political Essays*. Ed. Mark Goldie. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 182-198.
- _____. “Carta para Denis Greenville” [c.9/19 - 11-21, Março 1677, n. 328], In: *Selected Correspondence*. Ed. Mark Goldie. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 59-61.
- _____. “Labour” [1693, MS Film. 77, p. 310-11], In: *Political Essays*. Ed. Mark Goldie. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 326-8.
- _____. “Homo ante et post lapsum” [1693, MS Locke c 28, fo. 113] In: *Political Essays*. Ed. Mark Goldie. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 320-32.
- MACPHERSON, C. B. *The Political Theory of Possessive Individualism: Hobbes to Locke*. Oxford: Oxford University Press, 1962.

- MILLS, Charles. *The Racial Contract*. Ithaca: Cornell University Press, 1997.
- PATEMAN, Carole. "Self-ownership and Property in the Person: Democratization and a Tale of Two Concepts." In: *The Journal of Political Philosophy*. Vol. 10, n. 1, 2002, p. 20-53.
- SIMMONS, A. John. *The Lockean Theory of Rights*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- SREENIVASAN, Gopal. *The Limits of Lockean Rights in Property*. New York: Oxford University Press, 1995.
- TULLY, James. *A Discourse on Property: John Locke and his Adversaries*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- WALDRON, Jeremy. *The Right to Private Property*. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- YOLTON, John. *Locke and the Compass of Human Understanding: a selective commentary on the "Essay"*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.